

Ser negra/o no Brasil: heranças do colonialismo¹

Silva Júnior, Astrogildo Fernandes da ²

Domingues, Lucian Erlan Silva ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo registrar o que dizem as/os participantes da pesquisa sobre o que é ser negra/o no Brasil, buscando refletir sobre as experiências vivenciadas. As/Os participantes da pesquisa foram professoras/es negras/os que coordenaram e as/os que participaram de um Curso de Extensão ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia, que tinha como objetivo auxiliar na formação das/os professoras/es para obterem acesso a Programas de Pós-Graduação stricto sensu. A pesquisa foi inspirada no pensamento decolonial e afrodiaspórico. Utilizou-se uma abordagem qualitativa que recorreu à História Oral Temática. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, registramos a perspectiva teórica e apresentamos os conceitos de colonialismo, colonialidade, decolonialidade e em que se consistiu a diáspora africana. Na segunda, registramos as vozes das/os participantes da pesquisa sobre o que é ser negra/o no Brasil. Concluiu-se, a partir dos episódios narrados pelas/os protagonistas da investigação, que o racismo no Brasil ainda permanece, mas evidenciam a resistência e a importância de tornarem-se sujeitos.

Palavras-chave: pensamento decolonial e afrodiaspórico; professoras/es negras/os; racismo.

BEING BLACK IN BRAZIL: legacies of colonialism

ABSTRACT

This article aims to record what the research participants say about what it is to be black in Brazil, seeking to reflect on the experiences they have had. The research participants were black teachers who coordinated and who participated in an Extension Course offered by the Federal University of Uberlândia, which aimed to assist in the training of teachers to gain access to Stricto sensu Graduate Programs. The research inspired decolonial and afrodiasporic thinking. It was a qualitative approach that resorted to Thematic Oral History. The text is divided into two parts. In the first, we record the

¹ Apoio FAPEMIG, Edital Universal 2022.

² Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2775429764441200>. E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8983-4471>.

³ Universidade Federal de Uberlândia. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9254253211598718>. E-mail: luciansasa@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2577-671X>.

theoretical perspective and present the concepts of colonialism, coloniality, decoloniality and what constituted the African diaspora. In the second, we recorded the voices of the research participants about what it is to be black in Brazil. It was concluded, from the episodes narrated by the protagonists of the investigation, that racism in Brazil still remains, but they show the resistance and the importance of becoming subjects.

Keywords: decolonial and afrodiasporic thinking; black teachers; racism.

SER NEGRO EN BRASIL: legados del colonialismo

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo registrar lo que los participantes de la investigación dicen sobre lo que es ser negro en Brasil, buscando reflexionar sobre las experiencias que han vivido. Los participantes de la investigación fueron profesores negros que coordinaron y participaron de un Curso de Extensión ofrecido por la Universidad Federal de Uberlândia, cuyo objetivo era auxiliar en la formación de profesores para acceder a los Programas de Posgrado Stricto sensu. La investigación inspiró el pensamiento decolonial y afrodiaspórico. Fue un abordaje cualitativo que recurrió a la Historia Oral Temática. El texto se divide en dos partes. En el primero, registramos la perspectiva teórica y presentamos los conceptos de colonialismo, colonialidad, decolonialidad y lo que constituyó la diáspora africana. En el segundo, registramos las voces de los participantes de la investigación sobre lo que es ser negro en Brasil. Se concluyó, a partir de los episodios narrados por los protagonistas de la investigación, que el racismo en Brasil aún permanece, pero muestran las resistencias y la importancia de convertirse en sujetos.

Palabras clave: pensamiento decolonial y afrodiaspórico; maestros negros; racismo.

INTRODUÇÃO

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de se recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (prefácio a



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258725 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258725>

edição original Tonar-se negro, por Jurandir Freire Costa,
(2021, p. 25)

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). A epígrafe registrada nos instiga à reflexão sobre as dificuldades de ser negra/o no Brasil. Para o autor, ser negro é um desafio constante, é viver os traumas do colonialismo, é ser a/o “Outra/o”, subalternizada/o. Desta forma, a submissão ao código do comportamento tido como branco concretiza a figura racista criada pela mistificadora democracia racial brasileira, a do “negro de alma branca” (COSTA, 2021, p. 38). Se, por um lado, a/o sujeito negra/o é marcado pela subalternização, por outro lado, é protagonista de resistências. Dessa forma, o objetivo do artigo consiste em registrar o que dizem as/os participantes da pesquisa sobre o que é ser negra/o no Brasil, buscando refletir sobre as experiências vivenciadas.

Em relação à metodologia, optamos por privilegiar a abordagem qualitativa de pesquisa educacional, por favorecer uma visão ampla do objeto estudado e envolvimento do pesquisador com a realidade social, política, econômica e cultural. Dialogando com questões amplas no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode oferecer além da ampliação dos olhares a busca e anseios aos questionamentos colocados em questão.

O critério de escolha das/os participantes da pesquisa consistiu em serem professoras/es negras/os que coordenaram e as/os que participaram de um Curso de Extensão ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que tinha como objetivo auxiliar na formação das/os professoras/es para obterem acesso a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Contamos com a participação do coordenador e coordenadora do curso e de seis professoras/es cursistas.

Para analisar as narrativas das/dos professoras/es negras/os, optamos pela história oral temática, que, segundo Meihy (2005, p. 162), “[...] é quase sempre usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogos com outros documentos [...]”. A história oral temática parte de um contexto específico, preestabelecido, aproximando-se mais da apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Antecede a realização da pesquisa a produção de um roteiro de entrevista que possibilite respostas para os questionamentos.

O projeto de pesquisa foi enviado para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP- UFU), registrado pelo número de parecer 5.852.800, no dia 14 de janeiro de 2023, que teve como resultado a aprovação da pesquisa.

Para entendermos a trajetória das pessoas negras no Brasil, recorreremos aos escritos de autores clássicos da Psicanálise e das Relações Raciais como Frantz Fanon (1983), Neusa Santos Souza (1983), Isildinha Baptista Nogueira (1998), Abdias Nascimento (s/d) e (2021) e Guerreiro Ramos (1995). Além disso, recorreremos a autores que se debruçaram nas questões afrodiaspóricas do povo negro no Brasil e utilizamos também os estudos da feminista negra e escritora Grada Kilomba (2019), que nos ajuda a refletir sobre a especificidade de ser negra.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, registramos a perspectiva teórica e apresentamos os conceitos de colonialismo, colonialidade, decolonialidade e em que se consistiu a diáspora africana. Na segunda, registramos as vozes das/os participantes da pesquisa sobre o que é ser negra/o no Brasil. Por fim, tecemos algumas considerações.

A perspectiva teórica: reflexões sobre o pensamento decolonial e afrodiaspórico

Ao longo da pesquisa nos inspiramos no pensamento decolonial e afrodiaspórico. Segundo Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), os pensadores da decolonialidade buscam não somente provincializar a Europa, mas também toda e qualquer forma de conhecimento que se proponha a universalização, seja o pós-colonialismo, seja a própria contribuição decolonial a partir da América Latina. Para os autores, o decolonial como rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias tem uma existência bastante recente, porém como prática de oposição e intervenção surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra o colonialismo que se iniciou em 1492.

Grosfoguel (2009) usa a palavra colonialismo para se referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico, e colonialidade para enfatizar as permanências do colonialismo na atualidade. Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não

apenas da Europa, mas da própria modernidade (sem colonialismo não haveria modernidade). Segundo os autores, o século XVI, que consolidou a conquista da América e o apogeu dos impérios Espanhol e Português, significou não apenas a criação de uma economia mundial, mas a emergência do primeiro grande discurso do mundo moderno, que inventou e, ao mesmo tempo, subalternizou, populações indígenas, povos africanos, muçulmanos e judeus. Concordamos com Maldonado-Torres (2020) ao afirmar que a chegada dos europeus na América operou radicalmente nos campos epistemológico, ontológico e ético, ou seja, no saber, poder e ser.

Os autores decoloniais e afrodiaspóricos se fundamentam em um projeto que abarca a tradição de resistência das populações negras e indígenas. E, segundo os autores, sobretudo daqueles que Frantz Fanon (2005), [...] “nomeou de condenados da terra”. [...] (p. 9-10). Ao optar por essa perspectiva, consideramos relevante refletir sobre a colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza.

A partir de Walsh (2007), sistematizamos esses conceitos: colonialidade do poder: entendida como os padrões do poder moderno que vincula raça, controle do trabalho, Estado e produção de conhecimento. Essa colonialidade do poder instaurou na América Latina uma estratificação social que coloca o branco europeu superior aos indígenas e negros. Colonialidade do saber: estabeleceu o eurocentrismo como perspectiva única de conhecimento e, ao mesmo tempo, descartou por completo a produção intelectual indígena e afro. Colonialidade do ser: ocorre quando alguns seres se impõem sobre outros, exercendo, assim, o controle e a perseguição de diferentes subjetividades. Colonialidade da natureza: caracterizada pela divisão binária cartesiana entre natureza e sociedade, uma divisão que descarta por completo a relação milenar entre seres, plantas e animais, como também os mundos espirituais e os ancestrais. Essa colonialidade tenta eliminar a relação que é base da vida, da cosmologia e do pensamento de muitas comunidades indígenas e afros.

Reforçamos que, em nossa investigação, ao optar pelo pensamento decolonial e afrodiaspórico, buscamos uma crítica à modernidade e ao Ocidente, colocando como foco em histórias alternativas que contrapõem a história da narrativa oficial. Consideramos que o discurso produzido pelas ciências modernas criou a condição da subalternidade, com identidades fragmentadas; neste sentido, podemos afirmar que a colonização não foi só pela exploração de riquezas, mas também pela dominação do conhecimento do outro, da cultura do outro, sobre o outro

Em uma sociedade na qual as pessoas de cor de pele preta precisam lidar repetidamente com situações de racismo, isto mostra que ainda não saímos completamente da condição colonial. O mecanismo de reprodução impregnado pela colonialidade do poder ainda reproduz as condições de formação e hierarquização da sociedade, no sentido em que ela busca a padronização do homem, pela cultura do homem do poder heteronormativo, branco e patriarcal. Esta classificação estabeleceu os parâmetros da sociedade moderna, ignorando as fronteiras de conhecimento e privilegiando o conhecimento moderno ocidental.

No contexto em que se efetivou a diáspora africana, de acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), foram 12,5 milhões de africanos que saíram à força do seu continente e se espalharam pelas Américas, Europa e outras localidades. O Brasil, entre 1525 e 1867, recebeu 3.189.262 africanos na condição de escravizados, sendo o país que mais recebeu africanos. Esses povos tiveram aniquilados seus nomes, suas crenças, seus idiomas, seus ambientes e suas tradições.

A força de trabalho do homem negro e da mulher negra constituiu em larga escala o crescimento da colônia portuguesa. As plantações de cana-de-açúcar se espalharam pela Região Nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Outrora com a descoberta de ouro nas Minas Gerais, deslocaram os escravizados para o sul. No século XIX iniciou-se o ciclo do café, por este motivo os/as africanos/as se espalharam em todo território nacional. Ou seja, o Brasil é uma terra habitada por majoritariamente de negros/as e pardos/as. Nascimento (2016), afirma que,

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu riquezas material do país para desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, 2016, p. 59).

O sistema escravista negou ao negro o estatuto de indivíduo, por ser considerado apenas como “coisa”, “peça” e “mercadoria”, além do abandono no qual foi projetado depois da escravatura (NOGUEIRA, 2021). Os avanços deste modelo colonial foi deixando rastros visíveis até nos dias de hoje. O território

brasileiro herdou deste contato as vivências diversas, uma ampla gama de culturas, e foi justamente neste Brasil colonial cada vez mais impregnado pelos povos africanos que a nossa identidade racial foi forjada.

Para Nascimento (2016), o Brasil carrega em sua marca as definições impostas por este código de traços e cor. Segundo o autor,

[...] estas definições designam os brasileiros ora por sua marca (aparência) ora por sua origem (raça/etnia). Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos fenótipo ou genótipo, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor (NASCIMENTO, 2016, p. 48).

Como norma deste processo colonial, para os descendentes de escravizados, não importa a gradação da cor de sua pele, portanto este código define a sua negritude. Esta estrutura racial se manteve segundo o processo de embranquecimento da população. O racismo, segundo Fanon (1983), causou um trauma nas pessoas negras, sendo que essas, pessoas quando falam sobre suas experiências cotidianas de racismo, sofrem um doloroso impacto corporal, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter.

Podemos compreender que a ideia de raça nasce como o propósito da inferioridade, ressaltamos que é um conceito fictício, mas tem relação com o poder. Segundo Quijano (2005), o conceito de “raça” vem da produção e da relação do poder. Este conceito é responsável por situar uma nova ordem, um novo padrão de poder, que procurou naturalizar as novas relações de poder impostas aos sobreviventes: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas como inferiores em sua natureza material. Essa ideia de raça foi continuamente imposta ao longo dos séculos e ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas. Esse processo histórico possibilitou justificar o injustificável: o racismo. Ressaltamos que o racismo não é nada mais, nem nada menos do que um crime!

A afro-portuguesa Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da Plantação: episódio de racismo cotidiano” (2019), define o racismo em três categorias:

Racismo estrutural: é aquele que é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. [...]. Racismo institucional: o termo se refere ao padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. [...] Racismo cotidiano: refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro como “outro”, como inferior (KILOMBA, 2019, p. 27-28).

Este fenômeno, por muitos anos, ficou aos olhos da negação, da estrutura e do poder; de modo tendencioso, ficou visto apenas coisas externas, algo localizado apenas nas margens e não no centro. Na realidade experienciada do racismo em todas as suas faces estruturais, nos tornamos invisíveis aos olhos do sujeito branco que nos descreve, toma nossas palavras. A autora se fundamenta nos estudos de Paul Mercheril (2000), ao afirmar que o conceito idealizado do que é sujeito, incorpora três diferentes níveis: o político, o social e o individual. Entretanto, uma pessoa alcança o status completo de sujeito quando ela, em seu contexto social, é reconhecida em todos os três diferentes níveis e quando se identifica e se considera reconhecida como tal (KILOMBA, 2019, p. 74).

As marcas do processo de escravização ainda são visíveis, embora seja importante destacar que a condição de escravizadas/os não foi aceita pacificamente. Nascimento (2016) cita vários exemplos de história de negras e negros que lutaram para construção e independência de um país antiescravista. Segundo o autor,

Em muitos exemplos históricos encontramos os africanos e seus descendentes engajados na luta de independência do país que o escravizava. A conjuração dos Alfaiates, esmagada na Bahia em 1798, arrolava em seus quadros negros, brancos e mulatos. [...] As insurreições negras se espalhavam por todo território do país desde o começo da colonização, e



permaneceu até às vésperas da Abolição em 1888 (NASCIMENTO, 2016, p. 71).

A resistência à colonialidade e ao racismo foi historicamente recorrente. Destacamos Abdias do Nascimento (1914-2011) como um dos grandes intelectuais negros, que foi um dos organizadores da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 com Lino Gomes, ativista e constante denunciador do racismo brasileiro. Nascimento (1914-2011), teve que deixar o Brasil em 1968, no contexto da ditadura militar, para ser exilado no continente africano. Escreveu, entre muitas obras, “O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado” (1978) e republicado (2021).

Outro expoente nessa luta antirracista foi Guerreiro Ramos (1915-1982), que buscou defender uma sociologia engajada, capaz de influenciar a vida política nacional. Sua sociologia sobre o negro brasileiro foi fortemente influenciada pelas posições tomadas por Abdias do Nascimento; com isso, esta sociologia teria capacidade de se tornar uma espécie de voz do próprio negro. Para o autor era necessário que a sociologia nacional brasileira, que buscava nos conceitos centrais a redução sociológica para marcar o negro, aportando-se teoricamente nos conceitos derivados do pensamento hegemônico europeu e norte-americano. Guerreiros Ramos entendia que a sociologia brasileira precisava dar consciência aos valores e percepção de mundo. Nesse sentido, para Ramos a sociologia, teria um papel fundamental, à medida em que ela não seja concebida em um marco institucional universal, mas que seja capaz de fazer um esforço em prol de uma cultura em formação, que busca o seu lugar no mundo.

De acordo com Bernardino-Costa (2020), Guerreiro Ramos argumentava pela necessidade da percepção do negro como um ser dinâmico, complexo, não essencializado e não folclorizado, ou seja, brasileiro. O autor ressalta que, para Guerreiro Ramos, o problema não é o negro, mas a sociologia acrítica e assimilacionista que o transformou em problema.

Outra referência no debate sobre a questão da pessoa negra foi Neusa Santos Souza (1948-2008), mulher negra nascida em Salvador que se radicaria no Rio de Janeiro, formada em Medicina com atuação na área da psiquiatria. Como ativista negra é considerada pioneira nos estudos na área da psicanálise e em utilizar este mecanismo conectando sua área de atuação com a temática do racismo dentro da psicanálise. Em 1983 defendeu sua dissertação de mestrado, que se tornaria um dos principais trabalhos na área da saúde mental. Publicada originalmente em 1983, “Tornar-se negro: As vicissitudes do

negro brasileiro em ascensão social”, se tornou referência nas reflexões sobre o racismo institucional.

Isildinha Baptista Nogueira, em sua obra intitulada “A Cor do Inconsciente: Significações do Corpo Negro”, publicada em 2021, traz as marcas de um racismo que afeta o negro em todas as esferas sociais, seja no plano sociológico e/ou psíquico. Assim, demonstra que a luta do negro absolutamente trata-se do processo de desconstrução das imagens negativas projetadas sobre si e sua negação de humanidade. O abandono, o status de indivíduo e a marginalidade produzida pelo capitalismo construíram a identidade social do negro.

Avançando sobre o processo de resistência à colonialidade, destacamos a importância do Movimento Negro. Segundo Gomes (2020),

O Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra, entendidos como integrantes do pensamento e das práticas decoloniais latino-americanas, explicitam nas suas análises e reflexões a crítica aos padrões coloniais de poder, de raça, de trabalho e de conhecimento. Além disso, indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico (GOMES, 2020, p. 224).

A autora entende como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros, sujeitos politicamente posicionados na luta contra o racismo e pela valorização da história e das culturas negras no Brasil.

Como podemos verificar, a resistência à escravização e ao racismo foi constante. Com o intuito de romper com o silenciamento acerca da imensa população escravizada negra que viveu no Brasil, Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz lançaram em 2021 a “Enciclopédia Negra”. De acordo com os autores,

Esta Enciclopédia Negra pretende ampliar a visibilidade das biografias de mais de 550 personalidades negras em 417 verbetes individuais e coletivos, apoiando-se na vasta produção antropológica, literária, arqueológica e sociológica que se debruçou sobre a escravidão e sobre o pós-abolição (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 9).

Na apresentação da obra é ressaltado que a Enciclopédia não teve como objetivo ser exaustiva, mas buscou provocar o debate e animar novas pesquisas. A obra possibilita ampliar a reflexão sobre o intenso movimento de resistência da população negra em relação ao colonialismo.

Em 2000, Jarid Arraes publicou a obra *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*, que aborda, dentre a multidão de heroínas negras, as seguintes personagens: Antonieta de Barros, Aqualtune, Carlina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina Campos, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba. Recuperar essas memórias é um desafio no atual contexto, marcado pela colonialidade.

Apresentamos, no próximo tópico, as vozes das/os participantes dessa pesquisa sobre o que é ser negro no Brasil.

Ser negra/o no Brasil: o que dizem as/os participantes da pesquisa?

Todas/os participantes da pesquisa, em diversos momentos, viveram episódios de racismo. O professor C. A., mestre em Filosofia, nasceu e passou parte da sua juventude em um bairro periférico da cidade de Ituiutaba; é um lugar de maioria negra, o que pode ter contribuído para não ter sido vítima de racismo nesse contexto. Sua primeira experiência com o racismo foi quando cursava Filosofia no seminário e um padre o questionou se sua vocação artística e cultural, cantando em corais, dançando e atuando em teatro fazia parte de uma intenção de esconder o fato de ser negro e morar na periferia. O professor C. A. respondeu que ser preto está marcado no seu rosto, no seu corpo e na sua essência, e isso não tem como esconder. Outro episódio vivenciado foi quando estava aguardando seus amigos na porta de um bar e uma mulher estacionou o carro e pediu para que ele olhasse o carro para ela enquanto ela estava no bar. O professor C. A., em tom de brincadeira, disse que olharia e cobraria 50,00 reais. Ela retrucou e ele continuou: “olha, não é todo dia que você tem um professor, formado, com graduação e pós-graduação para olhar seu carro, aproveite. Ela muito sem graça, me olhou de volta e me disse, você não é guarda/vigia da rua?” (Professor C. A., 2023).

Os episódios narrados pelo Professor C. A. revelam que no sistema mundo patriarcal, heterossexual, branco e cristão há lugares para negros e lugares para brancos. As marcas da negritude ainda podem gerar traumas;

dessa forma, como afirma Fanon (1983), é melhor que a pele preta vista máscaras brancas. O autor utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas negras o faz quando fala sobre experiências cotidianas de racismo, indicando o doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo, como afirmamos anteriormente, o indivíduo é retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter.

O episódio também nos permite fazer uma relação com a afirmação de Kilomba (2019), ao ressaltar que, no mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimidos e transformados em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa.

O professor C., coordenador do Projeto de Extensão, se autodeclara pardo; a família da mãe é negra e a do pai branca. No episódio apresentado pelo professor, ressalta que o pai sempre agiu de forma racista, o que nos permite afirmar que mesmo nas relações pessoais o racismo está presente. Registramos a seguir a narrativa do professor:

[...] Isso me incomodou muito, e até nos dias de hoje ainda me incomoda, vejo isto, ao ver a necessidade das minhas sobrinhas alisar o cabelo o tempo todo, para ficar igual as outras de cabelo liso, elas não valorizam e não aceitam como são. Elas não se reconhecem, eles todos não se reconhecem como negros, fazem piadas, tiram sarros, não aceitam as características dos negros, tudo isso ainda me incomoda muito. Hoje posso dizer que eu também era assim, não me via como negro, não me reconhecia como negro. Hoje eu me reconheço como negro/pardo, mas há ainda uma dificuldade muito grande, as pessoas ainda não sabem o que sou, e falam para mim, você não é negro. Mas aos poucos eu fui me descobrindo como negro/pardo, e isso me fez chegar até onde eu cheguei (Professor C., 2023).

A narrativa do Professor nos permite refletir sobre a importância de construir uma representação positiva em ser negra/o. De acordo com Kilomba (2019), apenas imagens positivas – e não “idealizadas” – da negritude criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem dismantelar

essa alienação. Nesse sentido, abordar, ao longo da educação básica, autoras/es negras/os, pode ser um caminho para uma representatividade positiva.

O professor T. C. sintetiza os episódios de racismo vivenciado, ressaltando que por não ser negro da pele preta os episódios de racismo eram menos evidenciados. Segundo o professor:

Ao longo da educação escolar passei por alguns momentos de discriminação. Eu sou uma pessoa negra, mas não tenho a pele retinta, então assim a questão racial no meu caso era uma questão mais velada, não era tão explícita. Mas percebia as brincadeiras com as crianças de pele mais retinta, com o cabelo das meninas, a questão estética era muito visível [...]. Percebia o desinteresse de alguns professores com os meninos e meninas pretos, nas escolas isso era visível, eu acho que conforme eu crescia eu vivia e via que os alunos pretos não eram preferidos por alguns professores na sala de aula (Professor T. C., 2023).

A narrativa do Professor T. C. reforça a necessidade de aprofundar a abordagem decolonial e afrodiaspórica na formação de professoras/es, pois é na escola que o racismo é experimentando com frequência e força – e a educação antirracista precisa ser efetivada. Enfatizamos o alerta de Kilomba (2019) ao reforçar que o racismo não pode ser compreendido apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada.

O episódio narrado pela Professora L. D., coordenadora do Projeto de Extensão, reitera a questão do racismo no ambiente escolar. Em sua narrativa afirma que, ao chegar na escola, sentiu o que era o racismo de verdade: “sofri muito, apanhava, eu tinha umas tranças muito grandes que a minha mãe fazia, eles chamavam de rosca queimada, passavam e puxavam a minha trança. [...] Não entendia muito, mas eu sentia a dor! O racismo era notório!” Para diminuir a sensação de inferioridade, a professora estudava muito e tirava nota integral em todas as disciplinas.

Concordamos com Gomes (1996) ao afirmar que:

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade

brasileiras, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as (GOMES, 1996, p. 69).

Nessa perspectiva, Gomes (1996, p. 69) faz alusão que as instituições escolares são determinantes na vida do sujeito, pois é através dela que a criança forma ou tem a noção do que é viver em sociedade; é na escola que ela aprende ou não respeito pela diferença, pelas subjetividades e pelas particularidades de cada um. É que ela se vê e se faz representada. Daí reiteramos a importância da construção de uma escola antirracista. De acordo com Kilomba,

A identificação positiva leva à reparação. O processo alcança um estado de descolonização, isto é, internamente, não existe mais como a/o Outra/o, mas como o eu. Somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, quem narra, somos autoras/es e autoridade de nossa própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 265).

Falar de si, valorizar seu corpo negro e escrever sua história são atos de descolonização. Nesse sentido, os estudos decoloniais e afrodiaspóricos podem ser um caminho para esse processo.

Sabemos que essa valorização em ser um sujeito negro/a exige uma performatividade. Historicamente foi construída uma visão negativa da/o “Outra/o” e reverter esse processo demanda esforços. Ao questionarmos aos participantes da pesquisa “o que é ser Negra/o no Brasil” tivemos como intuito identificar possíveis permanências do colonialismo. As respostas de professores e professoras negros/as abordam os desafios de ser negro/a no Brasil:

É se autoafirmar todos os dias, para que o racismo de cada dia não roube a sua identidade ou não te torne incapaz. É ser insubordinado contra o sistema que todo dia teima em te colocar em um lugar de desprezo e de invisibilidade. Ser negro é ser um contraventor de sua própria existência na luta entre sua afirmação e seu direito material de ser um ser de direitos políticos e culturais (Professora M., 2023).

Ainda é ter que matar um leão por dia, provar que sou competente apesar da minha cor, ter que fazer mais e melhor em menos tempo e não ser reconhecido pelas atividades que desenvolvo e nem pelos títulos que adquiro, mas ter a certeza

de que abro caminhos para outros pares que virão depois de mim (Professor C. A., 2023).

Como me considero parda, e parece que a sociedade nem assim me vê, o que mais me marca nestes aspectos de vivências é o fato de ser mulher, mãe solo, profissional, que enfrenta todos os dias os desafios da misoginia e desigualdades de gênero (Professora K., 2023).

As narrativas comprovam as permanências do colonialismo, pois revelam as colonialidades e interseccionalidades vividas assim, ressaltam os desafios de ser negro/a no Brasil. Podemos inferir que as marcas denunciadas por Grosfoguel (2009) ainda estão presentes: vivemos um sistema mundo onde prevalece o modelo patriarcal, heterossexual, branco e cristão.

As narrativas das professoras revelam as especificidades de ser mulher e negra. É o que Kilomba (2019) define como racismo genderizado. Para a autora, as mulheres negras habitam um espaço vazio, que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Kilomba (2019), destaca que perceber as diferentes formas de opressão – tais como o racismo, o sexismo e a lesbofobia – como cumulativas em vez de interseccionais é um equívoco. As intersecções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas como “produção de efeitos específicos”. Ou seja, formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam.

Falar de racismo é fazer referência a posições marginais; isso evoca dor, decepção e raiva. Elas são lembretes dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente “chegamos” ou não “podemos ficar”.

Este processo identifica o que o sujeito incorpora e introjeta, criando um mecanismo de defesa, sou aquilo que o meu consciente e inconsciente define como sujeito a experiência da negritude é marcada pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre as vidas negras da escravidão até os dias de hoje. Nas, entralhas das vidas negras, resulta um doloroso processo de perda de identidade e é neste aspecto que segundo Nogueira (2021), inconsciente em que o racismo se inscreve, tanto para os brancos quanto para os negros. Para a autora, a ideologia racial se funda na estrutura na condição universal e essencial da brancura como única via possível de acesso ao mundo.

A condição de ser negro, passa pela condição de não ser branco, ou encarnar a brancura em sua pele. Portanto, a autora conclui que ser negro, no entanto, é o estranho inquietante é mais do que o reconhecimento de um evento

outro-estranho-em si. [...] ser negro não é uma condição genérica, é uma condição específica, é um elemento marcado, não neutro (NOGUEIRA, 2021, p. 119).

Torna-se nos olhos do outro aquilo que é necessário para se autoafirmar e uma condição. Os corpos de negras/os têm como um de seus efeitos a culpa pela condição socioeconômica precária em que a maior parte da população negra se encontra, por sentir-se sem qualidades diante dos privilégios da branquitude. Para o Professor C. A.: “Ainda é ter que matar um leão por dia, provar que sou competente apesar da minha cor”. Souza (2021) afirma que é necessário o veredito do impossível, assim continua o Professor e “ter que fazer mais e melhor em menos tempo e não ser reconhecido pelas atividades que desenvolvo e nem pelos títulos que adquiro. Mas ter a certeza de que abro caminhos para outros pares que virão depois de mim. Souza (2021) diz que ser negro neste percurso é mais do que a constatação do óbvio e viver esta experiência.

Portanto, ainda vivemos marcados pela submissão do código do comportamento tido como universal o “Branco”. A fala da Professora M., quando diz que ser negra/o no Brasil “É se autoafirmar todos os dias, para que o racismo de cada dia não roube a sua identidade ou não te torne incapaz”, ou ainda quando afirma “É ser insubordinado contra o sistema que todo dia teima em te colocar em um lugar de desprezo e de invisibilidade”. Partimos da construção que “Ser negro é ser um contraventor de sua própria existência na luta entre sua afirmação e seu direito material de ser um ser de direitos políticos e culturais”.

Corroboramos com Santos (2010), ao afirmar que:

As relações raciais no Brasil são permeadas por conflitos históricos devido às intrincadas relações econômicas e políticas que formaram a nossa sociedade. Portanto, a constituição das identidades da(o)s negra(os) deste país perpassa por esta rede de relações sociais e raciais, extrapolando-as e alcançando os patamares intrapsíquicos pertinentes à formação do inconsciente individual (SANTOS, 2010, p. 22).

As relações estabelecidas pela autora confrontam os valores negativos que a comunidade africana vivencia na construção de sua história. O negro é destituído de sua própria identidade, passando a negar os seus conhecimentos para um conflito de valores sociais brancos. Nesse sentido, concordamos com

Kilomba (2019) ao afirmar que o racismo viola cada uma dessas esferas, pois pessoas negras não veem seus interesses políticos, sociais e individuais como parte de uma agenda comum.

Sendo assim, para ser negro no Brasil há ainda muitos olhares, conquistas, valores, pressupostos e desdobramentos. Há um anseio na tentativa de construção e, ao mesmo tempo, na desconstrução do discurso sobre o/a negro/a. Sem dúvidas o processo de libertação do negro precisa passar pelo imaginário da desconstrução das imagens negativas forjada pela ideologia racista do sistema colonialista.

Isto fica evidente na narrativa da Professora L.:

Ser uma mulher/professora negra na universidade é um pouco disto, é achar que este lugar não é da gente, e que muitas vezes você está ali transgredindo um monte de coisa, um monte de situação, para estar ali, para estar naquele lugar. Você precisa de ter uma estrutura emocional, psicológica, para se manter no lugar, manter sua sanidade mental e, principalmente, uma segurança teórica, porque sempre estarão te cobrando posicionamentos para que você se mantenha, para saber se você realmente está ali por mérito, esta coisa da “meritocracia”, e aquela coisa de você estar no lugar e as pessoas pensam que você não deva estar ali. O tempo todo ficam te colocando a prova para saber se você realmente tem aquela capacidade que é exigida para estar naquele lugar, naquele espaço, que muitas vezes não é cobrado e nem exigido de ninguém dos brancos e para gente sim (Coordenadora L., 2023).

A narrativa nos remete à reflexão dos desafios da pessoa negra em se tornar “sujeito”, deixar de ser o que Kilomba (2019), designa de “Outridade”, ou seja, ser tudo aquilo que o “Outro” não quer ser. Se tornar sujeito, para Kilomba (2019), significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Essa é uma pauta que precisa ser enfrentada: tornar-se sujeito.

Ressaltamos que esse é um grande desafio, pois a dominação imposta pelo colonialismo contra os povos negros não foi apenas militar, política e econômica. Ela também conduziu o apagamento da história de um povo, de um continente, de uma diáspora africana. Segundo Costa (2020):

A situação (pós) colonial não somente escraviza o negro à sua inferioridade, mas também escraviza o branco a um humanismo racista, como afirma Sartre no prefácio de *Os condenados da terra*, entendido como humanismo que somente pode produzir homens ao fabricar escravos e monstros (Sartre, 1968). Ambos fechados num círculo infernal que não permite a plena realização do humanismo, uma vez que um é escravo da sua inferioridade e outro escravo da sua superioridade, “o branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura” (FANON, 2008.27), inviabilizando o processo de reconhecimento (COSTA, 2020, p. 262).

Costa (2020), ao trazer este apagamento, conduz a um processo de reorganização social, pois cada modelo se fecha em um processo de autoafirmação, condenando e inferiorizando as raças em suas classes. O que podemos buscar e ao mesmo entender como uma identidade individual e não coletiva, apesar de ser universal. O privilégio da brancura é vivido de acordo a dimensão de raça, sexualidade e cor da pele, portanto dentro de uma estrutura social conquistada pela sua humanidade.

Tanto Costa (2020) como Santos (2010) concordam que as identidades codificam os grupos sociais, permeando as relações e os conflitos políticos, econômicos e culturais em uma ação individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Nesse sentido, é imperativo resistir. É sobre resistência que outras/os participantes da pesquisa definiram o que é ser negro no Brasil:

Ser negro no Brasil demanda. Demanda força, coragem, resistência, inteligência. Demanda a vontade de continuar existindo (Participante T. C., 2023).

Ser negro no Brasil é muito difícil, porém é resistência, e nos fortalece a cada dia (Participante R. C., 2023).

Ser negro é reexistir, se refazer a todo momento para que tenhamos os direitos básicos, como educação, saúde, moradia, entre outros (Participante M. V., 2023).

O processo de resistência passa pela necessidade da/o negra/o se afirmar como corpo político do conhecimento. Ao propormos um diálogo com dados mais amplos sobre a questão da/o negra/o no Brasil, ou seja, o que apresenta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), verificamos que, embora as pessoas negras sejam a maioria da população brasileira, ainda são subalternizadas nos postos de trabalho, na universidade, em cargos de comando, etc. Segundo Gomes (2020),



Por isso, a luta do Movimento Negro por ações afirmativas no Brasil no fim do século XX e durante o século XXI, é a luta contra o racismo e pela construção da igualdade e da justiça social para as pessoas negras. Ela é, portanto, a luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser, articulando a luta contra as desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero e de sexualidade. As ações afirmativas, reconhecidas e implementadas como políticas de Estado, desvelam o quanto o racismo, somado e reeditado pelo capitalismo e alimentado por uma série de outras violências e discriminações, produz historicamente uma perversidade abominável que se sustenta no pensamento, nas práticas sociais e no conhecimento (GOMES, 2020, p. 226).

A partir da colocação da autora, podemos considerar que se reconhecer como pessoa negra é um passo importante, mas é necessário avançar na cobrança de Ações Afirmativas para romper o “abismo” entre pessoas brancas e pessoas negras.

Considerando a questão da violência, percebemos as permanências em relação aos corpos negros. A intensa violência exercida contra a negritude, na construção de um viés racial mostra, conforme os dados adquiridos na plataforma do IPEA, que entre as mortes ocorridas no Brasil no ano de 2009 até 2019, não se constitui em uma novidade ou mesmo em um fenômeno recente. De acordo com o Instituto, desde a década de 1980 há um elevado número da taxa de violência exercida, principalmente, contra a camada de jovens negras/negros brasileira. Em 2019 houve uma redução do número de homicídios, sendo que na população negra a redução foi de 34,6% para 29,2% de casos. O Instituto apresenta a seguinte análise:

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2019, p. 49).

Por meio da análise do IPEA, podemos afirmar que ainda temos que avançar muito nas políticas públicas que contribuam para reverter esse quadro.

Em relação à desigualdade social no trabalho, os dados da pesquisa do IPEA revelam que entre todas as forças de trabalhos formais e informais, os negros desocupados, ou à procura de trabalho, são em torno de 64,2% da população, contra 34,6% em relação à população branca; quanto à mão de obra subutilizada, este número sobe para 66,1% contra 32,7% da população branca. Apenas 29,9% das pessoas de cor preta ocupam os cargos de gerência, enquanto as pessoas da pele branca são 68,6%. Esses dados evidenciam as permanências da subalternização das pessoas negras no Brasil.

De acordo com o IPEA, o rendimento médio mensal da pessoa preta ou parda tem como média R\$1.608, enquanto pelos mesmos cargos e trabalhos, uma pessoa de cor de pele branca ganha o equivalente à média de R\$2.796. Discorrer sobre a desigualdade social no Brasil é, além disso, é pensar os mecanismos da desigualdade racial. Esta afirmação é fruto das pesquisas realizadas pelos vários institutos, universidades e pelo próprio IBGE, que apontam que as pessoas pretas ou pardas são as que mais padecem no país com a ausência de oportunidades e a má distribuição de renda. Daí a importância da resistência diária que foi ressaltada pelas/os participantes da pesquisa.

Reforçamos que um caminho possível para superação das desigualdades entre as pessoas negras e brancas é a educação. O acesso e a permanência no ensino superior consistem em um desafio e pauta da luta do Movimento Negro. Algumas mudanças já são possíveis de serem identificadas, como o aumento da ocupação de pessoas negras e pardas na Universidade.

Entre as áreas que teve um elevado crescimento de matrículas por pretos e pardos, estão os cursos de Pedagogia e Enfermagem respectivamente com 47,8 (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) 43,7 (8,5% de pretos e 35,2 de pardos). Ressaltamos que há uma luta diária para equalização do ensino como as lutas idealizadas e organizadas pelos movimentos negros, as políticas de cotas, a abertura de alguns programas, os debates colocados por pesquisadores da ABPN, entre outros.

No que tange os números apresentamos pelo IBGE, no ano de 2018, houve pela primeira vez uma porcentagem de 50,3% de ocupação de estudantes negras/os e pardas/os, ocupando os espaços públicos universitários.

Só podemos entender esta mudança de postura quando voltamos no tempo para uma série de protestos, manifestações e ocupações que ocorreram no cenário nacional. Por tudo isso, no ano de 2003 pudemos presenciar no passado recente o primeiro ato político do então Presidente que acabara de entrar, Luiz Inácio Lula da Silva, que incluiu no cenário educacional a alteração dos artigos 26 A e 79 B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/94) introduzindo as modificações para Lei nº 10.639/03, que inclui em todas as esferas educacionais públicas e privadas do fundamental ao médio o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Podemos identificar que os resultados destas mudanças estruturais nos espaços públicos universitários tiveram atitudes ousadas de grupos e de intelectuais negras e negros, engajados principalmente pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), e sobretudo pelas realizações do Congresso Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE). Segundo Gomes:

Além desses exemplos, não poderia deixar de citar o impacto da maior presença de negros e negras nas instituições públicas federais de ensino superior por meio da adoção da Lei nº 12.711/12 (Lei de Cotas Sociorraciais) e da Lei nº 12.990/14 (Lei de Cotas Raciais em Concurso Públicos), além de legislações estaduais e municipais específicas que seguem a mesma orientação. Essas leis, que contribuíram para que as ações afirmativas e principalmente a modalidade de cotas adquirisse o status de política de Estado, as quais foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, trouxeram inflexões no campo do currículo (GOMES, 2020, p. 240).

A presença de corpos negros, não somente pela participação quantitativa, mas de forma horizontal e não hierárquica, pode elencar uma série de exemplos possíveis para as discussões sobre uma pedagogia decolonial e uma descolonização dos currículos. Desconstruir o mito de que o homem preto colonial não é humano, criado pela mistificadora sociedade branca, hétero e patriarcal, contradiz a visão colonial, a partir do momento em que o negro se coloca como sujeito que tem uma história, conhecimento, concepção e, principalmente, cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258725 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258725>

Por meio da inspiração no pensamento decolonial e afrodiaspórico, a pesquisa possibilitou o acesso às vozes de professoras e professores negras e negros e permitiu reflexões sobre os desafios de ser negra/o no Brasil. Suas histórias revelaram, além dos desafios, a resistência e o potencial de transformação de paradigmas.

O diálogo teórico com autoras/es do sul global, particularmente negras/os, permite outros olhares, outras epistemologias, outras histórias, enfim, diferentes formas de produção de conhecimento. Os episódios narrados pelas/os protagonistas da investigação trazem as marcas da permanência do racismo no Brasil, mas evidenciam a resistência e a importância de tornar-se sujeitos.

Como ressaltamos na afirmação de Gomes (2020), avançamos com a presença de corpos negros nas Universidades brasileiras, mas o caminho para a efetivação de “outros” mundos possíveis ainda requer muita luta. As pesquisas acadêmicas ao recorrerem à inspiração decolonial e afrodiaspórica podem contribuir para esse processo.

REFERÊNCIAS

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** – v. 31, n. 1 Janeiro/Abril, 2016.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio**. Rio de Janeiro, 2022.

BRASIL. IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 3 ed. Brasília, 2008.

BRASIL. IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. **Atlas da violência 2019**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio**. Rio de Janeiro, 1997.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

GOMES, F.S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L.M. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos**



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258725 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258725>

Pagu: raça e gênero. Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67-82, 1996.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (org.) **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1042/1050>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Edição Almedina S/A, Coimbra, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (org.) **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MEIHY, J. C. S. B. (2005). **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3.ed-São Paulo. Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, A. O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. In: Afrodiásporas. **Revista de Estudos do Mundo Negro**. ano 3, n. 6 e 7, abr./dez. (s/d).

NOGUEIRA, I. B. Cor e Inconsciente. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (orgs). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 121-126.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. 1.ed- São Paulo. Perspectiva. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 2005.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258725 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258725>

SANTOS, E. M. **Identidades e Trajetórias de Docentes Negra(o)s**. Manaus: UFAM, 2010. 82 f.; s/ il. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Prefácio de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. 1º ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2021.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamiento “outro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más Allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre-Pensar, 2007.

Submissão em 22 de junho de 2023.

Aceite em 20 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>